



Quintais produtivos em periferias urbanas: O caso do Projeto Emancipação Social a partir da Soberania Alimentar

Leonardo Bis Santos¹

Resumo: As condições históricas de desigualdade social no Brasil foram asseveradas pela pandemia de COVID-19, entre os anos de 2020 e 2021. Pessoas que vivem em comunidades de periferia urbana foram ainda mais impactadas no período e, como um subproduto desse processo, experienciaram aumentos nos índices de insegurança alimentar. Diante desse contexto, o Projeto Emancipação Social a partir da Soberania Alimentar teve como objetivo viabilizar a produção de alimentos saudáveis por meio da implantação de hortas urbanas verticais e horizontais – quintais produtivos – em uma comunidade de periferia urbana de Vitória/ES, bem como organizar, com a comunidade, ações de reeducação alimentar e educação ambiental. O projeto foi desenvolvido baseado na perspectiva da pesquisa-ação e na teoria da ação dialógica, conforme aportes teóricos de Michel Thiollent e Paulo Freire, respectivamente. Além da implantação de hortas horizontais e verticais e da produção de alimentos saudáveis, essa ação teve como resultado a mobilização comunitária e de instituições parceiras para promover a agroecologia em periferias urbanas, como elemento de combate à insegurança alimentar.

Palavras-chave: Agroecologia; Insegurança Alimentar; Pesquisa-ação; Ação Dialógica

Productive backyards in urban peripheries: the case of the Social Emancipation Project based on Food Sovereignty

Abstract: The historical conditions of social inequality in Brazil were enlarged by the COVID-19 pandemic between 2020 and 2021. People living in urban peripheries were more impacted in the period and, as a by-product of this process, lived increases in food insecurity rates. In the context, the Social Emancipation Project based on Food Sovereignty aimed to make the production of healthy foods using an implementation of vertical and horizontal urban gardens – productive backyards – in a community on the urban periphery of Vitória/Brazil, as well as organize, with the community, food re-education actions and environmental education. According to the theoretical contributions of Michel Thiollent and Paulo Freire, the project was developed based on the perspective of action research and the theory of dialogic action. Among the results obtained, we have, in addition to implementing horizontal and vertical gardens and producing healthy foods, community mobilization, and establishing institutions to promote agroecology in slums as an element to combat food insecurity.

Keywords: Agroecology; Food Insecurity; Action Research; Dialogic Action

*Originais recebidos em
01 de agosto de 2023*

*Aceito para publicação em
11 de novembro de 2023*

1

Instituto Federal do Espírito Santo (IFES),
Vitória-ES, Brasil

<http://orcid.org/0000-0001-9048-8705>

leonardo.bis@ifes.edu.br

Introdução

Segundo dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – PENSSAN (2022), referente ao ano de 2022, há no Brasil 33 milhões de pessoas que passam fome. Além disso, mais da metade da população brasileira está em situação de insegurança alimentar: 125 milhões de pessoas comem mal e/ou comem pouco. Esse dado dialoga diretamente com ampliação da população que vive abaixo da linha da pobreza, observada nos últimos anos no país. Dados divulgados pela Fundação Getúlio Vargas – FGV apontam que, considerados os anos entre 2012 e 2021, neste último houve um pico no número de brasileiros vivendo em condições de pobreza (Neri, 2022, p. 5). Dada a estrutura social do Brasil, entende-se que parte considerável dessas pessoas vivem em periferias urbanas e foram as mais afetadas pela pandemia de COVID-19.

Esses dados nos motivaram, em dezembro de 2021, a realizar uma pesquisa no bairro Jesus de Nazareth, comunidade da periferia urbana da cidade de Vitória/ES, cujo um dos objetivos foi mensurar a insegurança alimentar no contexto pós-pandêmico. Os dados obtidos nesse estudo apontaram que aproximadamente 22% da população do lugar vivia em insegurança alimentar. Historicamente, a comunidade pesquisada se formou a partir dos processos de expansão urbana de Vitória, em inícios da década de 1950. Nesse período, a urbe avançou sobre a baía e sobre os manguezais, por meio de aterros. Nesse contexto, a comunidade foi se desenvolvendo a partir da ocupação de um morro, formação rochosa às margens da baía de Vitória (Santos & Sgarbi, 2018). Trabalhadores atraídos de diversas partes do Espírito Santo e de outros estados – majoritariamente da Bahia – formam sua população. Dados os atrasos no último censo, a informação disponível mais atualizada aponta cerca de 2.500 habitantes em Jesus de Nazareth (Silva, 2013, p. 21).

Ao realizarmos a devolutiva dos dados da referida pesquisa à comunidade, em março de 2022, a partir de reunião comunitária, iniciamos conjuntamente a discussão sobre as possibilidades de intervenção social. Poucos meses depois, a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo – FAPES lançou pela primeira vez em sua história um edital de Extensão – Edital 12/2022 –, no qual vimos uma oportunidade para captar recursos que impulsionassem nossas reflexões para ações. A partir da conjunção entre os dados da pesquisa e a oportunidade de fomento, foi dado início à construção coletiva do Projeto Emancipação Social a partir da Soberania Alimentar, apelidado de PESSOA. As discussões envolveram moradores do bairro, professores e discentes de dois *campi* do Instituto Federal do Espírito Santo – IFES (Campus Vitória e Campus Santa Teresa) e uma pesquisadora do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – INCAPER.

Do ponto de vista teórico, a constituição do projeto extensionista partiu de duas vertentes que dialogam entre si: a pesquisa-ação, segundo Michel Thiollent (2011), e a dialogicidade, conceituada por Paulo Freire (2016). Thiollent (2011) destaca que:

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (p. 20).

Focamos, portanto, na experiência da inclusão do outro, no processo coletivo de construção de possibilidades e de valorização das potencialidades. Por sua vez, a dialogicidade observada em Freire (2016) nos guia conceitualmente ao caracterizar o diálogo como fenômeno humano, sendo o diálogo autêntico aquele que move ação e reflexão a partir da palavra: “daí que dizer a palavra verdadeira seja transformar o mundo” (Freire, 2016, p. 107).

Mas, se dizer a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens. Precisamente por isto, ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho, ou dizê-la *para* os outros, num ato de prescrição, com o qual rouba a palavra aos demais (Freire, 2016, p. 109 – grifo do autor).

Desse modo, entende-se que há uma ponte entre as apropriações teóricas dos autores. Tanto Thiollent (2006, 2011) quanto Freire (2016) atribuem a necessária participação conjunta entre comunidade e academia para transformação da realidade. Esta, por sua vez, não é privilégio de alguns. Para a pesquisa-ação, segundo Thiollent (2011), “a participação das pessoas implicadas nos problemas investigados é absolutamente necessária” (p. 21). Freire (2016) é mais radical a esse respeito e descreve a participação, a partir da metáfora palavra, como inerente à própria humanização de homens e mulheres.

O que é observado, no entanto, é que espaços da periferia urbana são alvos de processos intensos de desumanização das pessoas. Essa dinâmica se processa em termos materiais – falta de serviços públicos essenciais – e em termos simbólicos, pois os modos de divulgação na grande mídia afetam a representação social das pessoas, caracterizadas a partir da ausência de segurança pública, da ausência de serviços de limpeza urbana, da ausência de aparelhos públicos de saúde e educação de qualidade, inferindo-se, por vezes, ausência de afetos.

Dessa forma, com amparo da matriz teórica apresentada, buscamos subverter a lógica de pesquisas tradicionais, que tratam as pessoas como objetos de estudo. A partir da extensão, visamos – moradores, docentes, discentes e extensionistas – alternativas conjuntas para discutir e gerar conhecimento sobre a insegurança alimentar. Por intermédio de elementos da pesquisa-ação e da teoria da dialogicidade, procuramos potencializar processos de humanização em espaços de periferias urbanas.

Metodologia

Para Thiollent (2011), uma pesquisa-ação ocorre “quando houver realmente uma ação por parte das pessoas ou grupos implicados no problema sob observação” (p. 21). É uma alternativa que necessariamente extrapola os limites da pesquisa teórica e que estabelece diálogo concreto com a extensão e com a pesquisa aplicada. Nessa abordagem, os limites que separam pesquisa e extensão se tornam fluídos ao ponto de dificultar a separação entre ambas. Por isso, Thiollent (2006) propõe a substituição dos rótulos pesquisa e extensão pela relevância do processo de construção social do conhecimento.

Com ênfase na construção social, a metodologia de pesquisa-ação pode abranger tanto a pesquisa quanto a extensão, tanto o momento da produção como o da difusão, e isso em qualquer área de conhecimento, porém, com mais pertinência em áreas humanas aplicadas (educação, gestão, comunicação, serviço social, desenvolvimento local, tecnologia apropriada, etc.), isto é, em todas as áreas onde o conhecimento possa ser efetivamente mobilizado, orientado para analisar problemas reais e para buscar soluções, tendo em vista transformações úteis para a população (a curto ou médio prazo) (Thiollent, 2006, pp. 153-154).

Essa construção exige a participação efetiva de todos os envolvidos na demanda social. Para Freire (2016), tal participação só é possível a partir da dialogicidade, mediada pelo mundo concreto. Assim, o diálogo só se faz real na medida que o outro é humanizado. A radicalização da desumanização do ser humano se dá na medida da não consideração do outro como humano. Uma das maneiras de sua efetivação é desconsiderar o outro na sua fala, seja ao não considerar ou ao desqualificar o que é dito pelo outro.

Por isto, o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode

reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes (Freire, 2016, p. 109).

Esse encontro entre a construção social do conhecimento a partir da dialogicidade, tendo como problemática a insegurança alimentar em uma comunidade da periferia urbana de Vitória/ES, é o contexto geral do PESSOA.

Nosso primeiro passo, após a apresentação dos dados acerca da insegurança alimentar no bairro, foi identificar os possíveis parceiros institucionais para uma intervenção, mapeando as potencialidades da comunidade. Para isso, utilizamos o método Desenvolvimento Comunitário Baseado em Ativos (ou, como estamos abordando, Desenvolvimento Comunitário Baseado em Potenciais Locais). Essa abordagem privilegia o que há na comunidade em termos de talentos locais e ativos naturais (Mustalahti et al., 2020; Habashy & Hunt, 2021), e foi adaptada para a realidade local. A partir de reuniões, lideradas por uma discente do Mestrado Profissional em Ensino de Humanidades que fez parte da equipe, produzimos dados buscando responder a três questões centrais: 1) O que a comunidade faz de melhor? 2) Em que a comunidade precisa de ajuda para realizar suas demandas? e 3) O que a comunidade precisa que agências externas façam para elas? Essas questões foram feitas para os moradores envolvidos na ação de extensão e seus resultados tabulados.

Esses elementos subsidiaram a definição do objetivo geral do projeto, que foi viabilizar a produção de alimentos saudáveis através da implantação de hortas urbanas verticais e horizontais – quintais produtivos – em uma comunidade de periferia urbana de Vitória, bem como organizar, com a comunidade, ações de reeducação alimentar e educação ambiental, contribuindo para a segurança e soberania alimentar e nutricional das famílias parceiras do projeto. Para alcançar o objetivo geral foram designados cinco objetivos específicos: 1) Ampliar a disponibilidade de alimentos saudáveis a partir da produção local em hortas urbanas agroecológicas; 2) Contribuir para a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) das famílias parceiras; 3) Capacitar as famílias parceiras em técnicas de produção, cultivo e manejo de alimentos em sistemas urbanos agroecológicos; 4) Discutir e disseminar conceitos de educação ambiental de base comunitária; e 5) Contribuir para a formação de alunos do ensino técnico, graduação, pós-graduação, pesquisadores e moradores para resolução de problemas práticos, em comunidades de periferia urbana.

Realizada a etapa de escrita do projeto de extensão, o submetemos ao Comitê de Ética em Pesquisa do IFES, cujo Certificado de Apresentação de Apreciação Ética número 64199422.4.0000.5072 foi aprovado a partir do parecer 5.770.113. Na sequência, obtivemos êxito na captação de recursos, junto à FAPES. Com isso, iniciamos a execução das etapas para cumprir os objetivos específicos e o geral.

Para atingir o primeiro objetivo específico, foram selecionadas dez famílias da comunidade. As famílias foram indicadas por lideranças do bairro. Tais famílias, após terem conhecimento e assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Termo de Autorização para Utilização de Imagem e Som de Voz para fins de pesquisa, responderam a um questionário estruturado, com registro por escrito, com nove blocos de perguntas: 1) dados pessoais; 2) dados familiares; 3) relação com a comunidade; 4) situação domiciliar; 5) parâmetros de saúde; 6) segurança alimentar; 7) dados socioeconômicos; 8) rotina alimentar; 9) educação transformadora.

A partir dos dados recolhidos, iniciamos a implantação de hortas horizontais e verticais nas residências das famílias parceiras, caracterizando os quintais produtivos. Nessa etapa, alunos dos cursos de engenharia sanitária e ambiental e engenharia civil e curso técnico em meio ambiente atuaram na aplicação e tabulação dos dados dos questionários, nas medições dos espaços possíveis para produção de alimentos e na implantação das hortas (Figuras 1, 2 e 3). Destaca-se que a escolha do que plantar levou em consideração os dados de saúde dos moradores, o espaço para implantação das hortas e, principalmente, a escolha do morador em relação ao que plantar.



Figura 1. À Esquerda e ao centro, alunos do curso de Engenharia Civil mensurando os espaços; à direita, moradora manuseando horta vertical em sua residência.



Figura 2. Antes e depois de uma horta vertical na casa de um morador do bairro.



Figura 3. À esquerda, alunos do Curso Técnico em Meio Ambiente mensurando os espaços e, à direita, moradora manuseando horta horizontal em sua residência.

Em relação ao segundo objetivo específico, foram conduzidas duas estratégias principais. Primeiro, em aulas de campo, alunos do curso técnico em meio ambiente (ensino médio) identificaram junto com moradores o que já era cultivado no bairro (Figura 4). A perspectiva dialógica foi fundamental nessa etapa, uma vez que estudantes e moradores trocaram informações acerca das plantas encontradas. A segunda estratégia foi criar mecanismos de aproximação de pessoas para troca de conhecimentos. Para isso, utilizamos um grupo no *Whatsapp* e, além disso, foram realizados dois cafés da manhã compartilhados, nos quais se reuniram moradores, alunos e professores, para discutir temas relacionados às hortas e alimentação saudável, aproveitamento de alimentos existentes no bairro, bem como estímulo à troca de receitas e alimentos produzidos na comunidade. Nesses momentos de compartilhamento foram devolvidos os dados produzidos a partir dos questionários aplicados.

O terceiro objetivo específico está diretamente relacionado ao primeiro. A diferença é que em um primeiro momento foram explorados os conhecimentos próprios das famílias em relação ao cuidado com plantas, enquanto nesse outro colocamos em diálogo conhecimentos dos moradores e de técnicos – engenheiros agrônomos do IFES e do INCAPER. A partir disso, foi possível elaborar um diagnóstico conjunto, principalmente relacionado às hortas verticais, modalidade de plantio relativamente nova para os moradores e para extensionistas. Nessa etapa ainda foi realizada uma visita técnica a experiências agroecológicas na cidade do Rio de Janeiro, envolvendo dois alunos bolsistas do projeto e um morador da comunidade.

O quarto objetivo específico foi atingido a partir de diversas estratégias diluídas ao longo dos contatos entre moradores, pesquisadores, professores e estudantes. A rede social utilizada para troca de experiências, os cafés da manhã compartilhados, as visitas técnicas e as implantações das hortas foram utilizados para debater: a produção e destinação de resíduos sólidos no bairro, as dinâmicas de marés e o lixo no oceano, o papel do reuso e da reciclagem para o planeta e a produção agroecológica em comunidades de periferia urbana. Em uma das reuniões, foram distribuídas composteiras caseiras (Figura 5) e biofertilizantes para os moradores, em parceria com o Instituto Baleia Jubarte⁴. Também foram implantadas duas composteiras maiores nas unidades de ensino no bairro, uma na Escola Municipal de Ensino Fundamental Edna de Mattos Siqueira Gáudio e outra no Centro Municipal de Educação Infantil Lídia Rocha Feitosa. Nessas unidades, profissionais da educação realizaram o manuseio das composteiras e envolveram os alunos em ações de educação ambiental.

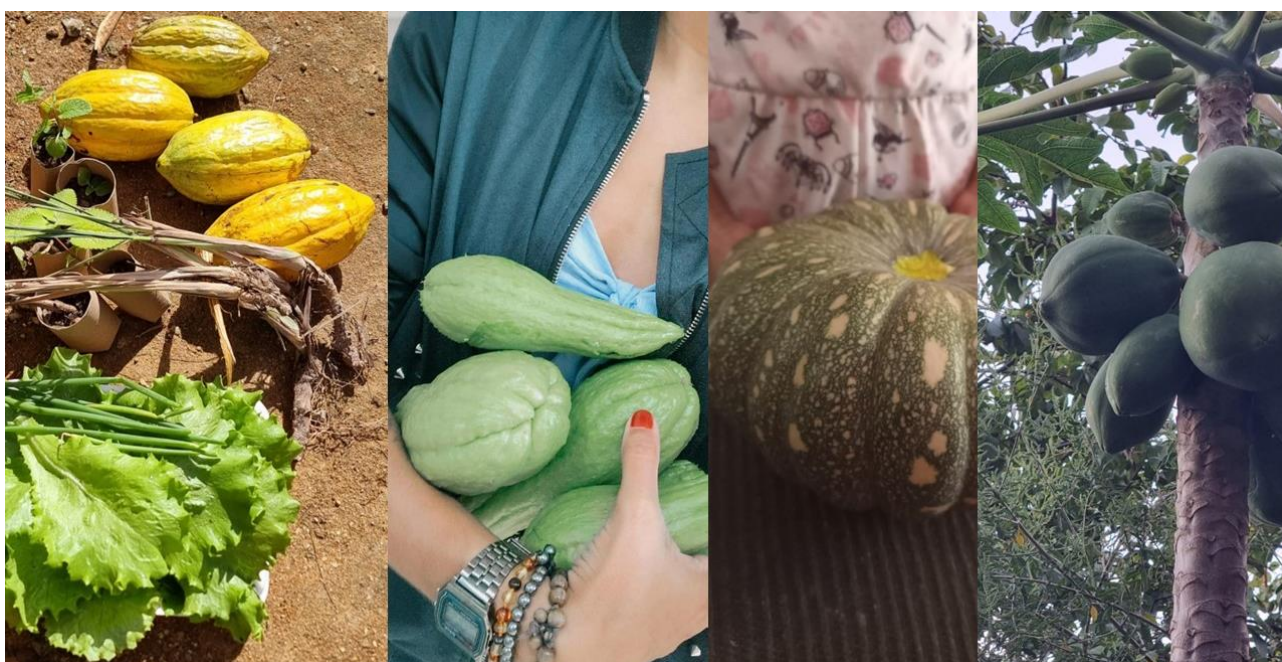


Figura 4. Imagens de frutas e verduras produzidas em Jesus de Nazareth, Vitória/ES.



Figura 5. Reunião entre participantes do projeto, em escola do bairro, onde houve oficina de compostagem com moradores.

O quinto e último objetivo específico teve como procedimento técnicas de envolvimento dos participantes. As decisões foram colegiadas e, à exceção de onde e o que plantar, que foi atribuída aos moradores, tudo foi decidido coletivamente. Envolver as pessoas nas etapas, ouvir os argumentos e ponderar sobre as possibilidades foi essencial para potencializar todos os conhecimentos envolvidos.

Resultados

O Projeto Emancipação Social a partir da Soberania Alimentar - PESSOA envolveu dez famílias da comunidade de Jesus de Nazareth, em Vitória/ES, que totalizou cerca de 50 moradores diretamente envolvidos. Além deles, mobilizou três extensionistas do INCAPER, seis professores (três de biologia, um de sociologia, um de agronomia e um de engenharia civil), uma técnica em nutrição do Ifes e aproximadamente 30 estudantes de ensino médio, graduação e mestrado da mesma instituição. Além do INCAPER e do IFES, instituições executoras, à medida que o projeto foi sendo reconhecido na comunidade e na mídia, outras instituições foram incorporadas nas discussões e na execução do projeto de extensão. Assim, as unidades de educação do bairro assumiram o manuseio de duas composteiras – que atualmente retroalimentam as famílias com composto orgânico e biofertilizante para suas hortas – e ações de educação ambiental com alunos da educação infantil e ensino fundamental. A Secretaria de Estado da Justiça – SEJUS realizou doação de mudas de hortaliças, cultivadas por pessoas em privação de liberdade em uma de suas unidades prisionais. E o Instituto Baleia Jubarte doou materiais para a confecção de composteiras domésticas para os moradores. A iniciativa de somar esforços com outras instituições foi um resultado relevante para a comunidade, que pôde experimentar a potência de suas ações e a valorização de seu território.

Em relação aos dados quantitativos, podemos afirmar que em 75% das casas o responsável pela horta foi uma mulher. A cada 10 participantes, um se autodeclarou branco/a e os outros nove negros/as. Dentre os atendidos, 37% possuíam pelo menos um membro na família com hipertensão e 18% tinham pelo menos uma pessoa na casa com diabetes. Em nossos cafés da manhã compartilhados, a nutricionista que acompanhou o projeto realizou oficinas para identificar alimentos com alto teor de açúcares e instruir sobre a substituição do sal por

outros temperos com menos sódio. Tratando-se dos hábitos alimentares, 37% dos entrevistados declararam comer frutas muito raramente; 33% ingerem muito raramente ou não tem o hábito de ingerir bebidas adoçadas; e apenas 37% muito raramente ou não tem o hábito de ingerir frituras. A reeducação alimentar se mostrou, a partir dos dados, o maior desafio entre os parceiros do projeto.

Quanto aos conhecimentos agroecológicos, foi observado, nas visitas de campo, que a maioria das famílias – mesmo as que não foram atendidas pelo projeto – possui, pelo menos, plantas ornamentais em suas casas. Esse conhecimento do manejo de plantas, mesmo que não fossem comestíveis, foi fundamental para o desenvolvimento das ações, afinal, a comunidade já possuía conhecimento acumulado acerca de plantio. Foi identificada a necessidade de adaptação desse conhecimento para as espécies comestíveis, de modo que a assistência técnica foi fundamental. Em 2016, moradores da comunidade haviam tentado implantar uma horta comunitária, contudo a iniciativa não prosperou, dadas as dificuldades de manutenção de hortas desse modelo, sobretudo em virtude da falta de responsáveis pela gestão e da depredação. Assim, os modelos de quintais produtivos horizontais e verticais se mostraram uma alternativa viável.

Como já era previsto, as hortas verticais tiveram mais dificuldades para prosperar e produziram pouco, dado o pequeno espaço para o plantio. A verticalização, contudo, foi uma experiência atrativa para as famílias que não dispunham de espaço. A organização dos espaços, em bairros de periferia urbana, muitas vezes se dá a partir do aumento das famílias, por meio dos ‘puxadinhos’, que engolem áreas de quintal e juntam parede-com-parede de vizinhos. Assim, lajes e paredes serviram de suporte e, nesses casos, foram viáveis, principalmente, o cultivo de temperos e plantas medicinais. Já nas hortas horizontais, foi possível plantar e colher alface, cebola, repolho, beterraba, abobrinha, cenoura, couve, pepino, tomate, maxixe, cebolinha e salsa. Das dez famílias atendidas, ao menos quatro tiveram que ter suas hortas replantadas, pois estas não prosperaram em um primeiro momento.

Destaca-se que os debates em torno da alimentação geraram descobertas. O olhar direcionado de moradores, aliado ao trabalho de campo realizado por alunos para identificar espécies comestíveis, revelou a existência prévia de abóbora, chuchu, biri biri², batata-doce, ora-pro-nóbis e até mesmo café. Também havia frutas, como mamão, carambola, manga, jmelão, jambo, goiaba, acerola, cacau e abacate, além de espécies como cana-de-açúcar, aroeira (pimenta rosa), algodão, cidreira, capim cidreira, hortelã e alecrim, entre outras ervas medicinais. Com base em relatos de memória afetiva ligada ao alimento, foi indicado que na comunidade já houve inhame, taioba e aipim. A partir do projeto, foi possível mapear o que já era produzido em Jesus de Nazareth e os moradores foram estimulados a socializar receitas a partir desses alimentos, como forma de aproveitar melhor as soluções alimentares que a comunidade oferecia.

Para além da produção de alimentos, o PESSOA partiu do princípio da necessidade de estabelecer uma relação de troca dialógica, da rotatividade dos conhecimentos e das práticas individuais e coletivas. Nesse sentido, a ferramenta de rede social utilizada possibilitou que o grupo compartilhasse as atividades, os êxitos e os possíveis problemas. Dessa forma, qualitativamente reunimos relatos dos participantes que sustentaram essa circularidade de conhecimentos.

Quando um morador divulgou a imagem de um mamão verde colhido na comunidade, outra moradora compartilhou uma receita no grupo: “com uma pitadinha de pimenta do reino e coentro fica igual a chuchu” (Moradora 1). Diante disso, outra parceira do projeto respondeu: “vamos ter que marcar um almoço com todo esse conhecimento e receitas!” (Moradora 2). Em outro dia de conversa virtual, a Moradora 1, que havia dado a receita de refogado de mamão verde, postou uma foto de uma abóbora recheada e escreveu: “olha o que eu fiz! Vamos jantar? Com abóbora do quintal” (Moradora 1). Esses diálogos, além da circularidade do conhecimento, demonstram a afetividade com a qual os participantes se tratavam. Em outro diálogo, um

morador apresentou aos demais uma imagem do café colhido e seco ao sol e disse: “Olha aê! Ele já está assim, falta torrar e depois passar na máquina de moer. Café colhido em nossa comunidade!!” (Morador 3).

As manifestações afetivas ao compartilhar descobertas ligadas à alimentação foram constantes durante o projeto. Dessa forma, não apenas os moradores que compartilharam suas experiências, mas todos os envolvidos se nutriam desses achados. As experiências para cuidar das hortas e compartilhar receitas foram conectando não apenas as hortas, mas também o conhecimento acumulado na comunidade sobre o que já era produzido por lá antes de nossa chegada. Envolveu também as crianças das duas unidades de ensino que se reconheceram nas experiências das quais participaram a partir das composteiras, pois eles produziram o adubo natural que contribuía para o fortalecimento das plantas. Os discentes, os docentes e os extensionistas puderam vivenciar as dificuldades e a criatividade dos moradores no trato com sua alimentação. Todos juntos puderam criar e consolidar uma rede, tendo os moradores como protagonistas da ação. Cada nova horta implantada era motivo para circularem imagens do processo de crescimento das plantas. Em uma dessas ocasiões, foi compartilhada uma mensagem de agradecimento de uma moradora que recebeu sua horta. A Moradora 2 respondeu deste modo a uma mensagem que circulou no grupo: “pela sua voz deu pra sentir a felicidade!!! Esse projeto é mais que alimentar... é fazer o bem” (Moradora 2). Em outra publicação, a Moradora 5 escreveu: “etapas recheadas de emoções. Cada evolução é sentimento de felicidade.”

O compartilhamento de experiências positivas e de alimento pode ser observado no diálogo entre duas moradoras:

- Moradora 4: “o meu alface não nasceu.”
- Moradora 1: “Bom dia.”
- Moradora 4: “Está linda a sua horta.”
- Moradora 1: “Aqui brotou. Você poderá vir comer depois.”

A vivência comunitária e a troca de alimentos foi estimulada, conforme é possível atestar a partir do diálogo acima. O fracasso de uma iniciativa alimentou a solidariedade entre moradores. E essa afirmação não ficou apenas no plano do discurso. Outro diálogo demonstra a circulação de alimentos e afetos:

- Morador 3: “Dona [mãe do morador 3] mandando ver na salada, colhida do quintal da vizinha!!”
- Moradora 1: “já estou compartilhando minha primeira colheita. Muito obrigada pelo carinho. Ela merece ser a primeira a comer, da primeira colheita de nossa horta.”

Os resultados alcançados permitem afirmar que os objetivos do projeto foram atingidos. Contudo, para fins deste artigo, tínhamos uma camada interpretativa relacionada às condições simbólicas das periferias urbanas – alvo de discursos de ausências, que afetam não apenas o lugar, mas as pessoas do local. Nesse sentido, observamos se a construção teórica – pesquisa-ação e teoria da ação dialógica – se relacionava com a construção e fortalecimento de um discurso de potência relacionado às comunidades de periferia. A esse respeito, foi possível mensurar que o projeto contribuiu com marketing positivo³ da comunidade. Jesus de Nazareth, assim como a maior parte dos bairros de periferia urbana, é marcado por notícias negativas, envolvendo tráfico, violência e ausências. Assim, matérias positivas veiculadas na mídia³ foram celebradas pelas famílias parceiras do projeto, ao apresentar a potência da periferia: “Isso que é bonito. Nosso bairro aparecendo na TV de forma positiva. Parabéns para todos que contribuíram para esse lindo projeto” (Moradora 6).

A construção social do conhecimento, como nos aponta Thiollent (2006), no desenvolvimento do PESSoa se deu a partir do encontro de saberes acadêmicos e comunitários, entre alunos, professores, pesquisadores e moradores, assim como entre moradores de contextos diversos. Exemplo disso é que o projeto promoveu uma

visita técnica realizada na cidade do Rio de Janeiro, onde dois estudantes – um de engenharia civil e outra de engenharia sanitária e ambiental – e um morador da comunidade puderam conhecer o circuito da Favela Orgânica⁴, na comunidade da Babilônia; o Instituto Vida Real⁵, no Complexo da Maré; e, o Museu de Favela (MUF)⁶, na favela do Cantagalo. Os três movimentos visitados possuem áreas de atuação complementares e foram escolhidos pois há similaridade entre eles na atuação em favelas no que diz respeito a: a) o combate à insegurança alimentar, b) a ampliação do conhecimento sobre periferias urbanas, c) o acesso aos alimentos em pequenos espaços que são vistos como improdutivos, e d) a redução dos estigmas enraizados na favela. Essa visita técnica despertou outros olhares em relação ao espaço comunitário de Jesus de Nazareth. A perspectiva negativa do lugar, impregnada pela mídia de massa e pelo asfalto – metáfora utilizada por moradores dos morros para se referir aos que moram em bairros de classe média e classe alta – pôde ser comparada com experiências exitosas em uma das maiores e mais representativas cidades do país.

Por último, no recorte de resultados aqui exposto, cumpre destacar o aprendizado da equipe executora e dos alunos. Entendemos que a formação de alunos, professores e pesquisadores possuiu a singularidade de abordar periferias urbanas, promovendo o tripé pesquisa, ensino e extensão com populações socialmente vulneráveis. A academia ainda apresenta níveis consideráveis de obstáculos que dificultam a dialogicidade com as favelas. O medo, como tecnologia social que afasta as pessoas, ainda é um fator relevante para entendermos por que há escassez de pesquisadores dedicados a pensar e agir em periferias. Nesse sentido, a participação das ações *in loco*, como as visitas técnicas, os cafés compartilhados e a implementação e acompanhamento das hortas exigiu que a equipe vivenciasse a experiência da vida cotidiana em periferia e diluísse alguns estereótipos.

Discussão

Discutir insegurança alimentar implica no debate da falta de alimentos, que gera uma má alimentação, provocada necessariamente por desigualdades sociais. É possível que algum CEO (*Chief Executive Officer*), de alguma grande corporação empresarial se alimente mal, reclame da falta de tempo para uma refeição adequada e ingira *fast food* em excesso, mas isso nunca será caracterizado como insegurança alimentar. Esta é um efeito diretamente relacionado ao poder de escolha do que comer. Em nossa sociedade, a opção do que ingerir é condicionada basicamente pela possibilidade de comprar alimentos, uma vez que a alta modernidade impõe a perda do saber ambiental em torno da produção primária.

Parece ponto pacífico que a insegurança alimentar produz efeitos mais severos em determinadas camadas sociais e que foi agravada a partir da pandemia de COVID-19. Segundo Luciano e Correa (2022), nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste do Brasil “as populações urbanas convivem com maior índice de Insegurança Alimentar (I.A.) moderada ou grave quando comparadas às das áreas rurais” (p. 479). Essas populações mais afetadas, tanto pela fome como pela pandemia, em sua imensa maioria, estão em favelas, morros e comunidades, que compõem as periferias urbanas. Machado e Garcia (2022) destacam que a COVID-19 ampliou desigualdades sociais e contribuiu para “perda do poder de compra, [para] o aumento dos preços de produtos alimentícios e do custo de vida [que] impactaram na capacidade de compra de alimentos baratos e de qualidade” (p. 428). Citando dados de uma pesquisa realizada em 2020, Lösch et al. (2022) atestam que:

Os agravos foram mais explícitos em áreas e comunidades que apresentam *algum grau de vulnerabilidade social*. Segundo dados do Data Favela divulgados em 2020, 80% das famílias residentes em favelas estão sobrevivendo com menos da metade da sua renda, em comparação com a renda anterior à pandemia. Destas, 45% apresentaram redução de metade da renda familiar normal e 35% revelam ter perdido toda a renda. Esta mesma pesquisa aponta que 76% dos moradores afirmam ter faltado dinheiro para comprar alimentos em ao menos um dia durante a pandemia (p. 553).

Os dados e a literatura científica mostram que as discussões acerca da insegurança alimentar e da soberania alimentar se mostram complexas. Possuem bases no passado e são atravessadas pelo modelo de modernidade tardia adotado pela humanidade no presente. A forma de produzir alimentos a partir da concentração de terras, de conhecimentos e de ativos econômicos tem sido a fórmula adotada pela sociedade. Como consequência, tivemos no Brasil fluxos intensos de pessoas no sentido rural-urbano, perda de saberes ancestrais sobre a terra e um projeto burguês de enriquecimento que tem a fome como um de seus pilares⁷.

A população que ocupa as periferias urbanas, formada em sua base geracional por migrantes do campo, tem perdido seus conhecimentos sobre o manuseio com práticas agroecológicas. À medida que as gerações são sucedidas e que a vida urbano-industrial se sobrepõe sobre outras formas de organização, há um processo intenso de reificação acerca da origem do alimento. Enrique Leff (2001), ao debater a necessidade de uma reapropriação social da natureza, destaca que vivemos um descompasso entre o tempo ambiental e o tempo da produção capitalista: "A valorização dos recursos naturais está sujeita a temporalidades ecológicas de regeneração e produtividade que não correspondem aos ciclos econômicos" (Leff, 2001, p. 65). Do ponto de vista estritamente econômico, comprar um pé de alface no mercado parece muito mais sedutor que acompanhar seu crescimento por 45 dias, tendo a obrigação de cuidar, regar diariamente e eventualmente aplicar algum biofertilizante. Contudo, a experiência do PESSOA mostrou que: em primeiro lugar, discutir insegurança alimentar apenas pelo viés de hortas não tem sido uma alternativa próspera, pois as hortas em espaços comunitários – que produzem mais – se mostraram desafiadoras do ponto de vista da manutenção e os quintais produtivos, pelo seu pequeno espaço, produzem poucos alimentos; a questão da insegurança alimentar é complexa e envolve não apenas o acesso aos alimentos, mas também as discussões em torno do conhecimento sobre o preparo e sua relação com a saúde, pois há, em alguns casos, alimentos sendo produzidos nas comunidades – chuchu, abóbora, mamão – que estão sendo desperdiçados porque o olhar das pessoas não está direcionado para enxergar as potencialidades do lugar.

Coelho e Bógus (2016) destacam que o alimento moderno produz desenraizamento geográfico, corta o vínculo entre alimento e natureza. Essa desassociação rompe laços de afetividade alimentar, dado que novas gerações urbanas estão perdendo suas memórias afetivas alimentares relacionadas às gerações familiares anteriores, o que contribui para uma diluição de vínculos sociais. Assim, um quintal produtivo não produz apenas alimento, produz também uma relação diferente com a natureza e com o lugar.

Os dados do projeto de extensão mostraram que a comunidade de Jesus de Nazareth, para além das insuficiências das políticas públicas que reforçam o discurso das ausências em periferias, já possuía conhecimentos – que não estavam sendo valorizados – e produção de alimentos de forma alternativa. Com as ações de extensão, foi possível discutir com moradores e alunos os efeitos da homogeneização da alimentação. Os depoimentos de moradores reforçam o argumento de Chierrito-Arruda et al. (2018), que consideram "a experiência afetiva presente nas simbolizações das hortas uma ponte favorável para o comportamento pró-ambiental e social, uma vez que a percepção dos afetos aponta para a responsabilização dos indivíduos no cuidado ambiental" (p. 2). Não só das hortas em si, mas toda a rede que foi configurada para discutir a insegurança alimentar na comunidade – as composteiras nas unidades de ensino, as oficinas de temperos e receitas, as instituições que buscaram se juntar ao projeto.

A metodologia baseada no dialogismo e na pesquisa-ação produziu dados e ações que fortaleceram laços afetivos positivos na comunidade. Esses laços já existiam, contudo, a organização metódica e a capacidade de envolvimento gerada a partir da participação de comunidade, discentes, docentes e pesquisadores retroalimentou a agenda positiva do bairro. Na troca de experiências, foi possível apresentar, aos docentes e discentes que não conheciam as condições de vida periférica, as dificuldades próprias de existência nesses

espaços. Isso exigiu de alunos e professores soluções que colocassem em diálogo saberes agroecológicos e a identidade subjetiva dos moradores.

Considerações finais

Trabalhos de extensão a partir de hortas não são novidade. Apenas no IFES, instituição que co-coordenou as ações do PESSOA, cerca de 140 trabalhos de conclusão de curso, livros e/ou produtos educacionais versam sobre hortas como um artefato pedagógico. O caráter inédito deste trabalho se fundamenta na complexidade com a qual o tema insegurança alimentar foi tratado. A constituição da rede formada pelo IFES, INCAPER, SEJUS, Instituto Baleia Jubarte, EMEF Edna de Mattos Siqueira Gaudio e CMEI Lídia Rocha Feitosa, envolvendo direta ou indiretamente cerca de 100 pessoas, entre moradores, discentes, professores e pesquisadores, foi um dos resultados mais expressivos. Aproximar essas instituições e pessoas de forma a conferir autonomia para a comunidade foi um ganho significativo. A continuidade dos trabalhos por parte dos envolvidos, mesmo ao final do projeto, demonstra que os moradores se apropriaram do processo e acionam os parceiros sem a necessidade de qualquer tipo de intermediação. A metodologia de Desenvolvimento Comunitário Baseado em Ativos e Potenciais Locais permitiu o desenho institucional do projeto e as possibilidades para agregar novos parceiros em busca da autonomia comunitária, rompendo com discursos de tutela acadêmica.

Do ponto de vista discente, docente e de pesquisadores, a vivência em espaços periféricos, apresentando as suas singularidades, como a ausência de ruas para transportar os insumos (grande parte do bairro só é acessada por escadarias) e as limitações de áreas ensolaradas para o plantio, por exemplo, foi um diferencial para a formação profissional. O dialogismo proporcionou uma alta curva de aprendizagem, ao aplicar os conhecimentos teóricos a uma realidade que abarca milhões de brasileiros e brasileiras em todo país. Fazer com as pessoas – co-laboração – e não fazer a partir das pessoas, considerando que somos seres inconclusos (Freire, 2016) e em busca da síntese cultural – ebulição em torno dos conhecimentos populares e acadêmicos –, foi o caminho trilhado e com o qual chegamos aos resultados aqui apresentados.

Agradecimentos

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado do Espírito Santo – FAPES que financiou este projeto de extensão a partir do Edital Universal de Extensão (Edital nº 12/2022), aos parceiros institucionais do projeto e, especialmente, à comunidade de Jesus de Nazareth, que trabalha conosco nesta iniciativa.

Contribuição de cada autor

Este artigo foi elaborado por um único autor, responsável pela interpretação dos dados e construção textual.

Notas

1. Instituto Baleia Jubarte, sede Vitória/ES. Para maiores informações, ver: <https://www.baleiajubarte.org.br/>
 2. "O fruto biri-biri pertence à família das Oxalidaceae, espécie *Averrhoa bilimbi*. Este fruto tem um alto conteúdo de oxalato solúvel e é utilizado na culinária, na produção de pickles, geleias, e como tratamento para algumas doenças como hipertensão, diabetes e hiperlipidemia" (Paschoalin et al., 2014).
 3. Para um entendimento do marketing positivo de lugar gerado a partir do projeto, ver: TVE Espírito Santo (2023), Fapes (2023) e TV Gazeta (2023).
 4. Para maiores informações, ver: <https://favelaorganica.com.br/pt/>
-

5. Para maiores informações, ver: <https://institutovidareal.org.br/>
6. Para maiores informações, ver: <https://www.museudefavela.org/>
7. Segundo Luciano e Correa (2022, p. 479), “enquanto o Brasil segue sendo um dos principais produtores e exportadores de alimentos do mundo, mais da metade de sua população (55%) não tem condições de alimentação adequada”.

Referências

- Chierrito-Arruda, E., Yaegashi, S. F. R., Paccola, E. A. D., & Grossi-Milani, R. (2018). Percepção ambiental e afetividade: Vivências em uma horta comunitária. *Ambiente & Sociedade*, 21, e01232. <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc0123r2vu18L3TD>
- Coelho, D. E. P., & Bógus, C. M. (2016). Vivências de plantar e comer: A horta escolar como prática educativa, sob a perspectiva dos educadores. *Saúde e Sociedade*, 25(3), 761–770. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902016149487>
- Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo - FAPES. (2023, 12 de abril). Fapes apoia projeto de hortas comunitárias em bairro de Vitória. *Fapes*. Recuperado de <https://fapes.es.gov.br/Not%C3%ADcia/fapes-apoia-projeto-de-hortas-comunitarias-em-bairro-de-vitoria>
- Freire, P. (2016). *Pedagogia do Oprimido*. 62 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Habashy, N. B., & Hunt, C. A. (2021). Service learning as community development? Local resident perspectives of Community-engaged educational travel. *Tourism Review International*, 25(2-3), 247-262. <https://doi.org/10.3727/154427220X16059054538764>
- Leff, E. (2001). *Saber ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes.
- Lösch, E. L., Bricarello, P. A., & Gaia, M. C. D. M. (2022). Agroecologia e segurança alimentar em tempos de pandemia de COVID-19. *Revista Katálysis*, 25(3), 551–559. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e86559>
- Luciano, C. D. S., & Correa, P. B. (2022). A fome como projeto político da burguesia antinacional brasileira. *Revista Katálysis*, 25(3), 478–487. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e86244>
- Machado, L. D. S., & Garcia, E. L. (2022). COVID-19 e a fome: Reflexões sobre um futuro agroecológico. *Saúde em Debate*, 46(2), 426–437. <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E228>
- Mustalahti, I., Gutiérrez-Zamora, V., Hyle, M., Devkota, B. P., & Tokola, N. (2020). Responsibilization in natural resources governance: A romantic doxa? *Forest Policy and Economics*, 111, 102033. <https://doi.org/10.1016/j.forpol.2019.102033>
- Neri, M. C. (2022). *Mapa da pobreza*. Rio de Janeiro: FGV. Recuperado de https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Texto-MapaNovaPobreza_Marcelo_Neri_FGV_Social.pdf
- Paschoalin, R. P., Jesus, L. A. S. D., Paschoalin, N. P., Carvalho, T. C., Silva, C. A. B. D., & Moysés Neto, M. (2014). Lesão renal aguda como complicação da ingestão excessiva de suco do fruto biri biri (*Averrhoa bilimbi*). *Brazilian Journal of Nephrology*, 36(4), 545–548. <https://doi.org/10.5935/0101-2800.20140078>
- Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (PENSSAN). (2022). *II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil / II VIGISAN*. Relatório Final. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PESSAN. Recuperado de <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>
- Santos, L. B., & Sgarbi, A. D. (2018). Escola e Comunidade: Pesquisa e extensão em busca da cidadania emancipatória. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, 9(3), 135-146. <https://doi.org/10.24317/2358-0399.2018v9i3.8544>
- Silva, D. B. (2013). *Geohistória do bairro Jesus de Nazareth* (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal do Espírito Santo, Departamento de Geografia. Vitória, ES.

Thiollent, M. (2006). A inserção da pesquisa-ação no contexto da extensão universitária. In C. R. Brandão, & D. R. Streck (Orgs.), *Pesquisa participante: A partilha do saber*. (pp. 151-166). Aparecida-SP: Ideias e Letras.

Thiollent, M. (2011). *Metodologia da pesquisa-ação*. 18 ed. São Paulo: Cortez.

TV Gazeta. (2023, 29 de junho). *Projeto em Vitória incentiva moradores a terem hortas em casa*. [Vídeo]. Recuperado de <https://globoplay.globo.com/v/11739925/>

TVE Espírito Santo. (2023, 27 de abril). *Projeto leva hortas verticais para casa de moradores de Jesus de Nazareth*. [Vídeo]. Youtube. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=f6zZ9ZQoQ34>

Como citar este artigo:

Santos, L. B. (2024). Quintais produtivos em periferias urbanas: O caso do Projeto Emancipação Social a partir da Soberania Alimentar. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, 15(1), 15-28.
